

# Sul América Serviços de Saúde S.A.

CNPJ 02.866.602/0001-51



## Relatório da Administração

Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações financeiras da Sul América Serviços de Saúde S.A. ("Companhia"), relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2018, acompanhadas das respectivas notas explicativas e relatório dos auditores independentes. As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela ANS e compreendem as normas emitidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendados pela ANS, e estão sendo apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela Resolução Normativa ANS nº 418, emitida em 26/12/2016. O pronunciamento CPC 11, que trata do reconhecimento contábil dos contratos de seguros, ainda não foi aprovado pela ANS até a data dessas demonstrações financeiras e, dessa forma, estas demonstrações financeiras não podem ser consideradas em conformidade com o conjunto de normas emitidas pelo CPC. **1. Conjuntura econômica:** A economia brasileira chegou ao fim de 2018 com uma melhor perspectiva para os próximos anos, mesmo não tendo apresentado sinais sólidos de retomada do crescimento ao longo do ano. O endividamento elevado, tanto do setor privado como do público, foi um dos principais direcionadores da lenta recuperação da economia, a despeito de alguns fundamentos saudáveis, como inflação e juros baixos. Ademais, a economia brasileira foi submetida a choques adversos durante o ano – greve dos caminhoneiros, piora do cenário internacional e incerteza política – que influenciaram negativamente o ciclo de recuperação iniciado ainda na segunda metade de 2017, levando a uma perda de força da atividade econômica em um ambiente de maior aversão ao risco e menor confiança. Estima-se que o produto interno bruto (PIB) em 2018 tenha crescido abaixo do estimado pelas projeções do início do ano, impactado por menores taxas de crescimento de consumo das famílias em função de um patamar de desemprego ainda elevado. Isso, somado a uma alta ociosidade do setor produtivo, não permitiu uma contribuição maior dos investimentos para a expansão do PIB. O segundo semestre do ano se mostrou mais promissor, indicando um ambiente mais favorável à retomada do crescimento. O cenário de emprego encerrou o ano com um saldo positivo de criação de vagas, após três anos consecutivos com fechamento de posições. A inflação, medida pelo IPCA/IBGE, fechou em 3,75%, o

segundo ano consecutivo abaixo da meta (4,5%) estabelecida pelo Banco Central, permitindo que a autoridade monetária reduzisse a taxa básica de juros para níveis historicamente baixos. A perspectiva de avanço de reformas econômicas após a eleição presidencial provocou uma melhora nas condições financeiras. Os indicadores de confiança, tanto dos empresários quanto dos consumidores, voltaram a refletir o otimismo dos agentes em relação à evolução da economia, atingindo patamares próximos aos de períodos anteriores à recessão. O comprometimento com as políticas de reformas econômicas e fiscais será determinante para a manutenção deste otimismo observado. Olhando adiante, as expectativas para a economia brasileira nos próximos anos apontam para um cenário de crescimento moderado, contando com um ambiente inflacionário benigno, favorecendo a manutenção da taxa de juros em patamares historicamente baixos. Os fundamentos do consumo devem ganhar força, em linha com o fortalecimento do emprego e da renda, enquanto os investimentos voltariam a se recuperar estimulados pelo aumento da confiança dos empresários em um ambiente institucional mais favorável aos negócios.

### 2. Principais informações financeiras:

(R\$ milhões)	2018	2017	Δ
Contraprestações efetivas	1.881,6	1.571,3	19,7%
Eventos indenizáveis líquidos	(1.821,0)	(1.515,2)	-20,2%
Resultado das operações com planos de assistência à saúde	60,6	56,1	8,0%
Resultado bruto	51,9	48,1	7,9%
Resultado financeiro líquido	17,7	29,3	-39,6%
Resultado antes dos impostos e participações	38,5	53,5	-28,0%
<b>Resultado líquido</b>	<b>24,9</b>	<b>37,0</b>	<b>-32,6%</b>

3. Comentário sobre o desempenho: Em 2018, as contraprestações efetivas totalizaram R\$1.881,6 milhões, 19,7% acima do ano anterior. Os eventos indenizáveis líquidos representaram uma despesa de R\$1.821,0 milhões, um aumento de 20,2% em comparação a 2017. O resultado das operações com

### Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais)

	Notas	2018	2017
<b>Ativo</b>			
Circulante	–	598.864	556.368
Disponível	–	3.989	10.978
Realizável	–	594.875	545.390
Aplicações financeiras	5	289.649	294.335
Aplicações garantidoras de provisões técnicas	–	256.684	264.250
Aplicações livres	–	32.965	30.085
<b>Créditos de operações com planos de assistência à saúde</b>	<b>6</b>	<b>277.362</b>	<b>229.482</b>
Contraprestações pecuniárias a receber	–	277.362	229.482
<b>Créditos tributários e previdenciários</b>	<b>8</b>	<b>3.218</b>	<b>3.200</b>
Bens e títulos a receber	7	24.594	17.190
Despesas antecipadas	–	52	1.183
Não circulante	–	67.484	59.660
Realizável a longo prazo	–	55.339	49.485
Créditos tributários e previdenciários	8	31.769	30.456
Ativo fiscal diferido	8	14.390	16.930
Depósitos judiciais e fiscais	13,1	9.180	2.099
<b>Investimentos</b>	<b>9</b>	<b>12.079</b>	<b>10.084</b>
Participações societárias pelo método de equivalência patrimonial	–	12.079	10.084
Outros investimentos	–	12.079	10.084
Imobilizado	–	5	7
Imobilizado de uso próprio	–	5	7
Não hospitalares/não odontológicos	–	5	7
Intangível	–	61	84
<b>Total do ativo</b>	<b>666.348</b>	<b>616.028</b>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais, exceto onde mencionado)

	Capital social	Reserva legal	Reserva estatutária	Total das reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos/Déficits acumulados	Total
<b>Saldo em 01/01/2017</b>	<b>162.000</b>	<b>814</b>	<b>16.849</b>	<b>17.663</b>	–	–	<b>179.663</b>
Aumento de capital conforme AGE de 29/03/2017, a Companhia aumentou o capital social em R\$30.000, com a emissão de 1.129.564.619 novas ações ordinárias	30.000	–	–	–	–	–	30.000
Aumento de capital conforme AGE de 30/05/2017, a Companhia aumentou o capital social em R\$30.000, com a emissão de 1.128.219.198 novas ações ordinárias	30.000	–	–	–	–	–	30.000
Aumento de capital conforme AGE de 28/06/2017, a Companhia aumentou o capital social em R\$40.000, com a emissão de 1.493.624.876 novas ações ordinárias	40.000	–	–	–	–	–	40.000
Aumento de capital conforme AGE de 04/12/2017, a Companhia aumentou o capital social em R\$20.000, com a emissão de 753.394.449 novas ações ordinárias	20.000	–	–	–	–	–	20.000
Ajustes de avaliação patrimonial	–	1.849	–	1.849	–	(1.849)	–
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>24.902</b>	<b>24.902</b>	
<b>Proposta da destinação do lucro líquido:</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	
Reserva legal	–	1.245	–	1.245	–	(1.245)	–
Reserva estatutária	–	–	17.743	17.743	–	(17.743)	–
Dividendos obrigatórios na proporção de R\$0,52 (em reais) por lote de mil ações	–	–	–	–	–	(5.914)	(5.914)
<b>Saldos em 31/12/2018</b>	<b>282.000</b>	<b>3.908</b>	<b>60.934</b>	<b>64.842</b>	<b>(120)</b>	<b>–</b>	<b>346.722</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto onde mencionado)

**1. Contexto operacional:** A Sul América Serviços de Saúde S.A., denominada "Companhia", é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na cidade de São Paulo, na Rua dos Pinheiros nº 1.673, 8º andar, Pinheiros, autorizada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) a funcionar com planos privados de assistência à saúde na segmentação médica hospitalar e/ou odontológica e a administrar planos de serviços médicos, assim como implementar e coordenar o planejamento da oferta e da demanda de serviços de saúde e o gerenciamento da utilização de serviços de planos de assistência médica e/ou hospitalar, podendo participar de outras sociedades observadas as disposições legais pertinentes. Em 01/01/2017, a Companhia foi credenciada como operadora de planos privados de assistência à saúde, junto à ANS, na modalidade de administradora de serviços com fins lucrativos. A Companhia tem como acionista a Sul América Companhia de Seguro de Saúde (CIA. SAÚDE), com 100% de ações ordinárias, e tem como controladora indireta final a Sul América S.A./SASA). A SASA é uma Companhia de capital aberto, controlada pela Sulasapar Participações S.A./SALUSAPAR, com 50,87% de ações ordinárias, 0,01% de ações preferenciais e 25,66% de participação total, e publicou em 27/02/2019 no jornal Valor Econômico e Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31/12/2018, elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) e o Código de Prática Contábil das normas contábeis adotadas no Brasil (BP. GAAP). **2. Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas na ANS e compreendem as normas emitidas pela ANS e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendados pela ANS, e estão sendo apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela Resolução Normativa ANS nº 418, emitida em 26/12/2016. O pronunciamento CPC 11, que trata do reconhecimento contábil dos contratos de seguros, ainda não foi aprovado pela ANS até a data dessas demonstrações financeiras e, dessa forma, estas demonstrações financeiras não podem ser consideradas em conformidade com o conjunto de normas emitidas pelo CPC. A Diretoria manifestou-se favorablemente à emissão das práticas contábeis adotadas na ANS, e aprovou a aplicação das práticas contábeis adotadas na ANS, e a aprovação das demonstrações financeiras formadas preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais pelo valor justo: • Os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (vide nota 5); e • Os ativos financeiros disponíveis para venda (vide nota 5). **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** Nas demonstrações financeiras, os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual a Companhia atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. **3. Principais práticas contábeis:** As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. **3.1. Sistemas de contabilidade:** As práticas contábeis relevantes adotadas na ANS e as práticas contábeis correspondentes ao sistema de contabilidade da Companhia. **3.2. Aplicação das normas novas e revisadas:** As normas novas e revisadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais pelo valor justo: • Os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo pelo resultado (vide nota 5); e • Os ativos financeiros disponíveis para venda (vide nota 5). **3.3. Moeda funcional e de apresentação:** Nas demonstrações financeiras, os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual a Companhia atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. **3.4. Principais práticas contábeis:** As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. **3.1. Sistemas de contabilidade:** As práticas contábeis relevantes adotadas na ANS e as práticas contábeis correspondentes ao sistema de contabilidade da Companhia. **3.2. Aplicação das normas novas e revisadas:** As normas novas e revisadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais pelo valor justo: • Os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo pelo resultado (vide nota 5); e • Os ativos financeiros disponíveis para venda (vide nota 5). **3.3. Moeda funcional e de apresentação:** Nas demonstrações financeiras, os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual a Companhia atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. **3.4. Redução do valor recuperável:** Ativos financeiros não mensurados pelo valor justo por meio do resultado têm seu valor recuperável atualizado sempre que apresente indício de perda. Já ativos financeiros mensurados a valor justo têm perda sobre o reconhecimento do ativo caso apresente efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados. **Ativos não financeiros:** Os saldos dos ativos não financeiros são revisados no mínimo anualmente para se haver indicação de perda ao valor recuperável. No caso de ágio ou ativos intangíveis que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado no momento anualmente. A redução do valor recuperável de ativos é determinada quando o valor estimado do uso futuro do ativo é menor que o valor estimado de seu valor recuperável. Os ativos financeiros são mensurados a valor justo pelo resultado (vide nota 5). **3.5. Investimentos em participações societárias:** Reconhecidos inicialmente pelo valor justo, ajustado pela redução ao valor recuperável, combinado com os seguintes aspectos: • Nas demonstrações financeiras, as participações acionárias em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial; e • O preço decorrente da aquisição é dividido entre os resultados obtidos e os resultados futuros da participação. **3.6. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda é classificado em investimento e capital de giro. A Administração, sobre a realização dos resultados fiscais tributários futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos em até 02 anos. Para efeito de apresentação nas demonstrações financeiras, os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados quando a Companhia tem direito legalmente executável para autorizar os valores reconhecidos. **3.7. Provisão de lucros a liquidar:** A Provisão de lucros a liquidar é constituida para compreender os valores a pagar por fatos e circunstâncias que já ocorreram ou que são muito prováveis de ocorrer. A Companhia analisa as provisões para imposto de renda e contribuição social e o resultado da auditoria da Companhia. **3.8. Imposto de renda e contribuição social:** A Companhia calcula com base nos avisos de eventos, **7.2. Provisão para ações judiciais:** A Companhia, calculada com base para suprir despesas judiciais e outras despesas legais, independentes, acompanhada de uma descrição das ações judiciais e suas consequências. **7.3. Cíveis e trabalhistas:** No caso dos processos judiciais cíveis, cujas causas são consideradas fundamentais e usuais, isto é, aqueles processos judiciais cujo autor é cliente da Companhia ou de suas controladas e cujo pedido é reconhecido e relacionado ao negócio, adicionalmente à estimativa do valor e da probabilidade de ocorrência, os valores de provisão são constituídos tendo como base a aplicação de percentuais estatísticos calculados a partir da experiência da Companhia. **7**

continuação

Sul América Serviços de Saúde S.A. | CNPJ 02.866.602/0001-51

2017						
Descrição	Sem vencimento	Até 01 ano	Valor custo mercado	Valor de Ganhos ou (perda) contábil	Saldo em 31/12/2017	Atualização monetária
Instrumentos financeiros	294.339	- 294.339	294.335	(4) 294.335		
Aplicações financeiras	294.335	- 294.335	294.335	- 294.335		
Valor justo pelo meio do resultado	294.335	- 294.335	294.335	- 294.335		
Disponível para venda	4	- 4	- (4)	- (4)		
Contraprestações pecuniárias a receber (a)	- 213.663	213.663	-	- 213.663		
Provisões técnicas	1.991	217.582	-	- 219.573		
(a) Considera a contraprestação pecuniária a vencer, líquido de redução ao valor recuperável, quando aplicável.	4.3. Riscos de crédito: Os riscos de crédito estão relacionados com a possibilidade de devedores deixarem de cumprir um contrato ou deixarem de cumpri-los nos termos em que foi acordado. Estes riscos poderiam se materializar e afetar significativamente os resultados esperados caso os emissores de créditos não honrem com os pagamentos nas datas previstas. Em relação ao monitoramento da inadimplência de seus segurados e parceiros comerciais, a Companhia realiza redução ao valor recuperável das contraprestações pecuniárias a receber de acordo com as melhores práticas e legislação vigente (ver informação adicional na nota 6.1). A composição da carteira da Companhia é baseada em cotas de fundo de investimentos administradas por instituição de primeira linha, não pertencente ao grupo. Vale ressaltar que a Companhia não investe diretamente em crédito privado, tendo alocado sua carteira em fundos classificados como renda fixa.					
4.4. Riscos operacionais:	O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou eventos externos que possam causar danos à Companhia. O gerenciamento do risco operacional é um processo de aprimoramento contínuo, de maneira a acompanhar a evolução dinâmica dos negócios e minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a qualidade das operações. Neste sentido, a Ouvidoria da SulAmérica desempenha um papel importante na busca pela excelência operacional. Esta compõe a segunda linha de defesa contribuíndo para maior proximidade com os clientes, apurando os fatos, realinhando estratégias e criando soluções para que a experiência do cliente seja positiva. A gestão dos riscos operacionais é realizada em linha com o processo de ERM da Companhia com foco na identificação, avaliação dos riscos e controles e na resposta aos riscos que violem o apetite a risco definidos pelo Conselho de Administração. Em 2018, foi criada a área de Controles Internos com o objetivo de dar suporte ao processo de ERM ao realizar testes de aderência dos controles relacionados aos riscos operacionais. O processo de identificação dos riscos operacionais e controles a eles associados é realizado através do mapeamento dos processos organizacionais. Os riscos identificados são quantificados através de metodologia específica e os controles materiais e relevantes têm sua eficácia testada podendo gerar planos de ação nos casos em que a Companhia julgue necessários. A metodologia utilizada objetiva mensurar a exposição dos riscos operacionais antes da ação de mitigadores (risco residual), levando em consideração a frequência, a severidade e mitigadores dos riscos identificados.					
4.5. Riscos legais e compliance:	Consistem nos riscos de perdas resultantes do não cumprimento de leis e/ou regulamentações. O risco legal pode ser decorrente de multas, perda de bens ou retenções resultantes de ações de órgãos de supervisão e controle, bem como a perda decorrente de decisões desfavoráveis em processos judiciais. A área Jurídica atua como uma viagem contratual, realizando revisão em todos os contratos firmados por Companhia a fim de mitigar o risco legal de contratos, além de fornecer todo o subsídio para o processo judicial da organização. A área jurídica atua também contribuindo com projetos para melhoria de gestão das causas judiciais além de sugestões de como evitar riscos legais nas operações. Adicionalmente, a área atuará utilizando uma metodologia específica de experiência de pagamento para o cálculo da provisão judicial baseada na relação histórica observada entre o custo do processo encerrado e as estimativas dos advogados para o valor a ser pago se perdemos a causa (exposição ao risco). Esta metodologia tem por objetivo cobrir os custos com processos nos quais a Companhia é ré ou denunciada desde a data de cadastro do processo judicial no sistema da Companhia até o efetivo pagamento.					
4.6. Gestão de capital:	A gestão de capital é realizada na Companhia através de uma estrutura de compliance, a fim de adequar suas atividades às determinações dos órgãos regulamentadores e fiscalizadores, através de elevados padrões de integridade e excelência ética e aderência à legislação externa e normas internas. O objetivo desta estrutura é agir com imparcialidade na gestão e monitoramento do risco de compliance, contribuindo para o cumprimento das leis e regulamentações aplicáveis ao negócio, por meio da conscientização de uma conduta de negócio que seja legal, ética e transparente, que favoreça os interesses de empregados, clientes, acionistas e parceiros que previna e detecte violações de leis e regulamentações através da identificação e gestão do risco de compliance e que facilite defender as posições relativas a compliance da organização perante os órgãos reguladores.					
4.7. Gestão dos riscos de compliance:	A Companhia possui uma estrutura de compliance, a fim de adequar suas atividades às determinações dos órgãos regulamentadores e fiscalizadores, através de elevados padrões de integridade e excelência ética e aderência à legislação externa e normas internas. O objetivo desta estrutura é agir com imparcialidade na gestão e monitoramento do risco de compliance, contribuindo para o cumprimento das leis e regulamentações aplicáveis ao negócio, por meio da conscientização de uma conduta de negócio que seja legal, ética e transparente, que favoreça os interesses de empregados, clientes, acionistas e parceiros que previna e detecte violações de leis e regulamentações através da identificação e gestão do risco de compliance e que facilite defender as posições relativas a compliance da organização perante os órgãos reguladores.					
4.8. Gestão de capital:	A gestão de capital é realizada na Companhia através de uma estrutura de compliance, a fim de adequar suas atividades às determinações dos órgãos regulamentadores e fiscalizadores, através de elevados padrões de integridade e excelência ética e aderência à legislação externa e normas internas. O objetivo desta estrutura é agir com imparcialidade na gestão e monitoramento do risco de compliance, contribuindo para o cumprimento das leis e regulamentações aplicáveis ao negócio, por meio da conscientização de uma conduta de negócio que seja legal, ética e transparente, que favoreça os interesses de empregados, clientes, acionistas e parceiros que previna e detecte violações de leis e regulamentações através da identificação e gestão do risco de compliance e que facilite defender as posições relativas a compliance da organização perante os órgãos reguladores.					
4.9. Gestão de capital:	A gestão de capital é realizada na Companhia através de uma estrutura de compliance, a fim de adequar suas atividades às determinações dos órgãos regulamentadores e fiscalizadores, através de elevados padrões de integridade e excelência ética e aderência à legislação externa e normas internas. O objetivo desta estrutura é agir com imparcialidade na gestão e monitoramento do risco de compliance, contribuindo para o cumprimento das leis e regulamentações aplicáveis ao negócio, por meio da conscientização de uma conduta de negócio que seja legal, ética e transparente, que favoreça os interesses de empregados, clientes, acionistas e parceiros que previna e detecte violações de leis e regulamentações através da identificação e gestão do risco de compliance e que facilite defender as posições relativas a compliance da organização perante os órgãos reguladores.					
4.10. Gestão de capital:	A gestão de capital é realizada na Companhia através de uma estrutura de compliance, a fim de adequar suas atividades às determinações dos órgãos regulamentadores e fiscalizadores, através de elevados padrões de integridade e excelência ética e aderência à legislação externa e normas internas. O objetivo desta estrutura é agir com imparcialidade na gestão e monitoramento do risco de compliance, contribuindo para o cumprimento das leis e regulamentações aplicáveis ao negócio, por meio da conscientização de uma conduta de negócio que seja legal, ética e transparente, que favoreça os interesses de empregados, clientes, acionistas e parceiros que previna e detecte violações de leis e regulamentações através da identificação e gestão do risco de compliance e que facilite defender as posições relativas a compliance da organização perante os órgãos reguladores.					
4.11. Gestão de capital:	A gestão de capital é realizada na Companhia através de uma estrutura de compliance, a fim de adequar suas atividades às determinações dos órgãos regulamentadores e fiscalizadores, através de elevados padrões de integridade e excelência ética e aderência à legislação externa e normas internas. O objetivo desta estrutura é agir com imparcialidade na gestão e monitoramento do risco de compliance, contribuindo para o cumprimento das leis e regulamentações aplicáveis ao negócio, por meio da conscientização de uma conduta de negócio que seja legal, ética e transparente, que favoreça os interesses de empregados, clientes, acionistas e parceiros que previna e detecte violações de leis e regulamentações através da identificação e gestão do risco de compliance e que facilite defender as posições relativas a compliance da organização perante os órgãos reguladores.					
4.12. Gestão de capital:	A gestão de capital é realizada na Companhia através de uma estrutura de compliance, a fim de adequar suas atividades às determinações dos órgãos regulamentadores e fiscalizadores, através de elevados padrões de integridade e excelência ética e aderência à legislação externa e normas internas. O objetivo desta estrutura é agir com imparcialidade na gestão e monitoramento do risco de compliance, contribuindo para o cumprimento das leis e regulamentações aplicáveis ao negócio, por meio da conscientização de uma conduta de negócio que seja legal, ética e transparente, que favoreça os interesses de empregados, clientes, acionistas e parceiros que previna e detecte violações de leis e regulamentações através da identificação e gestão do risco de compliance e que facilite defender as posições relativas a compliance da organização perante os órgãos reguladores.					
4.13. Gestão de capital:	A gestão de capital é realizada na Companhia através de uma estrutura de compliance, a fim de adequar suas atividades às determinações dos órgãos regulamentadores e fiscalizadores, através de elevados padrões de integridade e excelência ética e aderência à legislação externa e normas internas. O objetivo desta estrutura é agir com imparcialidade na gestão e monitoramento do risco de compliance, contribuindo para o cumprimento das leis e regulamentações aplicáveis ao negócio, por meio da conscientização de uma conduta de negócio que seja legal, ética e transparente, que favoreça os interesses de empregados, clientes, acionistas e parceiros que previna e detecte violações de leis e regulamentações através da identificação e gestão do risco de compliance e que facilite defender as posições relativas a compliance da organização perante os órgãos reguladores.					
4.14. Gestão de capital:	A gestão de capital é realizada na Companhia através de uma estrutura de compliance, a fim de adequar suas atividades às determinações dos órgãos regulamentadores e fiscalizadores, através de elevados padrões de integridade e excelência ética e aderência à legislação externa e normas internas. O objetivo desta estrutura é agir com imparcialidade na gestão e monitoramento do risco de compliance, contribuindo para o cumprimento das leis e regulamentações aplicáveis ao negócio, por meio da conscientização de uma conduta de negócio que seja legal, ética e transparente, que favoreça os interesses de empregados, clientes, acionistas e parceiros que previna e detecte violações de leis e regulamentações através da identificação e gestão do risco de compliance e que facilite defender as posições relativas a compliance da organização perante os órgãos reguladores.					
4.15. Gestão de capital:	A gestão de capital é realizada na Companhia através de uma estrutura de compliance, a fim de adequar suas atividades às determinações dos órgãos regulamentadores e fiscalizadores, através de elevados padrões de integridade e excelência ética e aderência à legislação externa e normas internas. O objetivo desta estrutura é agir com imparcialidade na gestão e monitoramento do risco de compliance, contribuindo para o cumprimento das leis e regulamentações aplicáveis ao negócio, por meio da conscientização de uma conduta de negócio que seja legal, ética e transparente, que favoreça os interesses de empregados, clientes, acionistas e parceiros que previna e detecte violações de leis e regulamentações através da identificação e gestão do risco de compliance e que facilite defender as posições relativas a compliance da organização perante os órgãos reguladores.					
4.16. Gestão de capital:	A gestão de capital é realizada na Companhia através de uma estrutura de compliance, a fim de adequar suas atividades às determinações dos órgãos regulamentadores e fiscalizadores, através de elevados padrões de integridade e excelência ética e aderência à legislação externa e normas internas. O objetivo desta estrutura é agir com imparcialidade na gestão e monitoramento do risco de compliance, contribuindo para o cumprimento das leis e regulamentações aplicáveis ao negócio, por meio da conscientização de uma conduta de negócio que seja legal, ética e transparente, que favoreça os interesses de empregados, clientes, acionistas e parceiros que previna e detecte violações de leis e regulamentações através da identificação e gestão do risco de compliance e que facilite defender as posições relativas a compliance da organização perante os órgãos reguladores.					
4.17. Gestão de capital:	A gestão de capital é realizada na Companhia através de uma estrutura de compliance, a fim de adequar suas atividades às determinações dos órgãos regulamentadores e fiscalizadores, através de elevados padrões de integridade e excelência ética e aderência à legislação externa e normas internas. O objetivo desta estrutura é agir com imparcialidade na gestão e monitoramento do risco de compliance, contribuindo para o cumprimento das leis e regulamentações aplicáveis ao negócio, por meio da conscientização de uma conduta de negócio que seja legal, ética e transparente, que favoreça os interesses de empregados, clientes, acionistas e parceiros que previna e detecte violações de leis e regulamentações através da identificação e gestão do risco de compliance e que facilite defender as posições relativas a compliance da organização perante os órgãos reguladores.					
4.18. Gestão de capital:	A gestão de capital é realizada na Companhia através de uma estrutura de compliance, a fim de adequar suas atividades às determinações dos órgãos regulamentadores e fiscalizadores, através de elevados padrões de integridade e excelência ética e aderência à legislação externa e normas internas. O objetivo desta estrutura é agir com imparcialidade na gestão e monitoramento do risco de compliance, contribuindo para o cumprimento das leis e regulamentações aplicáveis ao negócio, por meio da conscientização de uma conduta de negócio que seja legal, ética e transparente, que favoreça os interesses de empregados, clientes, acionistas e parceiros que previna e detecte violações de leis e regulamentações através da identificação e gestão do risco de compliance e que facilite defender as posições relativas a compliance da organização perante os órgãos reguladores.					
4.19. Gestão de capital:	A gestão de capital é realizada na Companhia através de uma estrutura de compliance, a fim de adequar suas atividades às determinações dos órgãos regulamentadores e fiscalizadores, através de elevados padrões de integridade e excelência ética e aderência à legislação externa e normas internas. O objetivo desta estrutura é agir com imparcialidade na gestão e monitoramento do risco de compliance, contribuindo para o cumprimento das leis e regulamentações aplicáveis ao negócio, por meio da conscientização de uma conduta de negócio que seja legal, ética e transparente, que favoreça os interesses de empregados, clientes, acionistas e parceiros que previna e detecte violações de leis e regulamentações através da identificação e gestão do risco de compliance e que facilite defender as posições relativas a compliance da organização perante os órgãos reguladores.					
4.20. Gestão de capital:	A gestão de capital é realizada na Companhia através de uma estrutura de compliance, a fim de adequar suas atividades às determinações dos órgãos regulamentadores e fiscalizadores, através de elevados padrões de integridade e excelência ética e aderência à legislação externa e normas internas. O objetivo desta estrutura é agir com imparcialidade na gestão e monitoramento do risco de compliance, contribuindo para o cumprimento das leis e regulamentações aplicáveis ao negócio, por meio da conscientização de uma conduta de negócio que seja legal, ética e transparente, que favoreça os interesses de empregados, clientes, acionistas e parceiros que previna e detecte violações de leis e regulamentações através da identificação e gestão do risco de compliance e que facilite defender as posições relativas a compliance da organização perante os órgãos reguladores.					
4.21. Gestão de capital:	A gestão de capital é realizada na Companhia através de uma estrutura de compliance, a fim de adequar suas atividades às determinações dos órgãos regulamentadores e fiscalizadores, através de elevados padrões de integridade e excelência ética e aderência à legislação externa e normas internas. O objetivo desta estrutura é agir com imparcialidade na gestão e monitoramento do risco de compliance, contribuindo para o cumprimento das leis e regulamentações aplicáveis ao negócio, por meio da conscientização de uma conduta de negócio que seja legal, ética e transparente, que favoreça os interesses de empregados, clientes, acionistas e parceiros que previna e detecte violações de leis e regulamentações através da identificação e gestão do risco de compliance e que facilite defender as posições relativas a compliance da organização perante os órgãos reguladores.					
4.22. Gestão de capital:	A gestão de capital é realizada na Companhia através de uma estrutura de compliance, a fim de adequar suas atividades às determinações dos órgãos regulamentadores e fiscalizadores, através de elevados padrões de integridade e excelência ética e aderência à legislação externa e normas internas. O objetivo desta estrutura é agir com imparcialidade na gestão e monitoramento do risco de compliance, contribuindo para o cumprimento das leis e regulamentações aplicáveis ao negócio, por meio da conscientização de uma conduta de negócio que seja legal, ética e transparente, que favoreça os interesses de empregados, clientes, acionistas e parceiros que previna e detecte violações de leis e regulamentações através da identificação e gestão do risco de compliance e que facilite defender as posições relativas a compliance da organização perante os órgãos reguladores.					
4.23. Gestão de capital:	A gestão de capital é realizada na Companhia através de uma estrutura de compliance, a fim de adequar suas atividades às determinações dos órgãos regulamentadores e fiscalizadores, através de elevados padrões de integridade e excelência ética e aderência à legislação externa e normas internas. O objetivo desta estrutura é agir com imparcialidade na gestão e monitoramento do risco de compliance, contribuindo para o cumprimento das leis e regulamentações aplicáveis ao negócio, por meio da conscientização de uma conduta de negócio que seja legal, ética e transparente, que favoreça os interesses de empregados, clientes, acionistas e parceiros que previna e detecte violações de leis e regulamentações através da identificação e gestão do risco de compliance e que facilite defender as posições relativas a compliance da organização perante os órgãos reguladores.					
4.24. Gestão de capital:	A gestão de capital é realizada na Companhia através de uma estrutura de compliance, a fim de adequar suas atividades às determinações dos órgãos regulamentadores e fiscalizadores, através de elevados padrões de integridade e excelência ética e aderência à legislação externa e normas internas. O objetivo desta estrutura é agir com imparcialidade na gestão e monitoramento do risco de compliance, contribuindo para o cumprimento das leis e regulamentações aplicáveis ao negócio, por meio da conscientização de uma conduta de negócio que seja legal, ética e transparente, que favoreça os interesses de empregados, clientes, acionistas e parceiros que previna e detecte violações de leis e regulamentações através da identificação e gestão do risco de compliance e que facilite defender as posições relativas a compliance da organização perante os órgãos reguladores.					
4.25. Gestão de capital:	A gestão de capital é realizada na Companhia através de uma estrutura de compliance, a fim de adequar suas atividades às determinações dos órgãos regulamentadores e fiscalizadores, através de elevados padrões de integridade e excelência ética e aderência à legislação externa e normas internas. O objetivo desta estrutura é agir com imparcialidade na gestão e monitoramento do risco de compliance, contribuindo para o cumprimento das leis e regulamentações aplicáveis ao negócio, por meio da conscientização de uma conduta de negócio que seja legal, ética e transparente, que favoreça os interesses de empregados, clientes, acionistas e parceiros que previna e detecte violações de leis e regulamentações através da identificação e gestão do risco de compliance e que facilite defender as posições relativas a compliance da organização perante os órgãos reguladores.					
4.26. Gestão de capital:	A gestão de capital é realizada na Companhia através de uma estrutura de compliance, a fim de adequar suas atividades às determinações dos órgãos regulamentadores e fiscalizadores, através de elevados padrões de integridade e excelência ética e aderência à legislação					

continuação

## Sul América Serviços de Saúde S.A. | CNPJ 02.866.602/0001-51

## Despesas financeiras:

Descrição	2018	2017
Desvalorização de cotas de fundos de investimentos e de títulos públicos e privados	(7)	-
Atualização monetária e juros da provisão de sinistros a liquidar em disputa judicial, provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	(905)	47
Outras	(2.096)	(889)
<b>Total</b>	<b>(3.008)</b>	<b>(842)</b>

15.9. Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social calculados com base nas alíquotas oficiais estão reconciliados para os valores reconhecidos nos demonstrações de resultado, conforme demonstrados a seguir:

Descrição	2018	2017	2018	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
<b>Lucro líquido antes da provisão para imposto de renda e de contribuição social</b>	<b>38.530</b>	<b>38.530</b>	<b>53.494</b>	<b>53.494</b>
Despesas de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	(9.633)	(3.468)	(13.374)	(4.814)
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%
<b>Correntes:</b>				
<b>Adições:</b>				
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	(2.227)	(802)	(25)	(9)
Despesas indedutíveis	(786)	(50)	(357)	(95)
Provisão para redução ao valor recuperável	(411)	(148)	(3.090)	(1.112)
Reversão de provisão complementar de prêmio	-	-	(989)	(356)
<b>Subtotal</b>	<b>(3.424)</b>	<b>(1.000)</b>	<b>(4.461)</b>	<b>(1.572)</b>
<b>Exclusões:</b>				
Atualização de depósitos judiciais	7	2	10	4
Resultado positivo com equivalência patrimonial	862	310	1.861	670
Reversão de provisões não dedutíveis	1.350	486	-	-

**Diretoria:** Diretor Presidente: Gabriel Portella Fagundes Filho. **Diretores Vice-Presidente:** André Luiz Lauzana dos Santos; Marco Antonio Antunes da Silva; e Mauricio da Silva Lopes. **Diretores(as):** Alessandra Maia Marinho Basile; Ricardo Augusto de Campos Soares; Erika Fuga Rossi; Fabiane Reschke; Laenio Pereira dos Santos; Raquel Reis Correa Giglio; Reinaldo Amorim Lopes; Ricardo Bottas Dourado dos Santos; e Tereza Vilas Boas Veloso.

Contador: Mauro Reis d'Almeida - CRC RJ 06.620/O-7

Atuária: Manuelle Maggessi Garcez - MIBA/MTPS/2244

## Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Sul América Serviços de Saúde S.A. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Sul América Serviços de Saúde S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial no dia 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sul América Serviços de Saúde S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre as informações contidas no Relatório da Administração, nem podemos emitir opinião sobre elas. Porém, acreditamos que, se o Relatório da Administração for publicado no dia 31 de dezembro de 2018, ou se o dia 31 de dezembro de 2018 for considerado o dia em que o Relatório da Administração é apresentado, pode ser necessário considerar o conteúdo do Relatório da Administração, se o dia 31 de dezembro de 2018 for considerado o dia em que o Relatório da Administração é apresentado. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, e pelos controles internos que ela determina como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre

detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos um entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Companhia. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de falar a risco, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos um entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Companhia. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de falar a risco, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos um entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Companhia. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de falar a risco, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos um entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Companhia. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de falar a risco, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos um entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Companhia. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de falar a risco, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos um entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Companhia. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de falar a risco, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos um entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Companhia. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de falar a risco, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos um entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Companhia. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de falar a risco, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos um entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Companhia. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de falar a risco, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos um entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Companhia. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de falar a risco, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos um entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Companhia. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de falar a risco, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos um entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Companhia. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de falar a risco, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos um entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Companhia. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de falar a risco, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos um entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Companhia. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de falar a risco, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos um entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Companhia. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de falar a risco, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa